

Seis de dezembro de 2009: o porquê do voto cidadão²²

Oscar Vega Camacho

As eleições gerais de 6 de dezembro de 2009, para eleger as novas autoridades da Presidência e da Assembléia Legislativa Plurianual, é a oportunidade cidadã para definir através do voto a orientação do processo democrático do país e o caráter do mandato destas autoridades. Porém, nesta oportunidade, realizou-se, além disso, outras consultas cidadãs como referendums, dependendo da territorialidade: sobre a Autonomia Departamental, Autonomia Indígena, Autonomia Regional. O que nos adverte das novas circunstâncias e da complexidade das formas do exercício cidadão e dos novos cenários de participação na construção da institucionalidade no país.

Deste modo, é necessário para qualquer avaliação e balanço eleitoral, reconsiderar os marcos e ferramentas com os quais se trabalha para ensaiar uma visão da política e suas configurações. Caso não se parta de uma mínima e explícita reconsideração, corre-se o risco de repetir os esquemas e procedimentos que não correspondem aos processos existentes; poderia-se estar forçando dados e feitos a um marco interpretativo que responde a um cálculo imediato e, talvez até, oportunista. O ato da leitura política, isto é, aquelas opiniões, interpretações e análises são parte do campo político, portanto isso, também são cenários políticos, âmbitos de luta e disputa pela interpretação e autoridade dos enunciados.

Então, o chamado a uma necessária reconsideração dos marcos e ferramentas da condição e da forma política que se vive na sociedade ocorre porque há a evidência e a certeza de que estamos ante uma sociedade em movimento (independente de como caracterizemos a sociedade e o movimento), mas sem dúvidas coloca-nos em evidência que há uma temporalidade e, também, espacialidade que se modificou e está se modificando e, conseqüentemente, um intenso reposicionamento, de diversa índole e capacidade, dos sujeitos, que poderíamos denominar como a produção de subjetividades múltiplas. O sujeito individual e social como entidade única e centrada, é deslocado e descentrado a partir do chamado a uma pertença e a uma identidade desde diversos e/ou múltiplos âmbitos e temporalidades de concorrência: trabalho, profissão, família, cultura, língua, região, idade,

22 Tradução do espanhol por Lucia Dalmaso.

valores, etc. Não é a desapareção do sujeito individual e social, senão é assumir plenamente a complexidade e a pluralidade que cada um de nós somos, como identidade e pertencas, e deste modo, a urgência e necessidade de responder à participação, gestão e decisão nos diversos âmbitos que nos convoca e nos define. É por isso que se fala de uma cidadania intercultural e multicultural orientada para a construção de um Estado Plurinacional.

De maneira esquemática, assinalemos: por uma parte, temos uma sociedade em movimento e heterogênea, e, por outra, a construção de um Estado Plurinacional. Deste modo, estão em pleno trabalho de reconceitualização as formas e em redefinição os conteúdos com que operam e desempenham e, sobretudo, estariam em processo articulações e vínculos inéditos entre ambos. As marcas e linhas entre sociedade e Estado são transtornadas e reelaboradas pela participação cidadã intercultural e a capacidade dos novos governos territoriais, estabelecendo um novo papel do Estado e uma reformulação dos âmbitos estratégicos institucionais da economia, social, jurídico e militar. É claro, é um processo de transformação intimamente ligado à emergência do bloco geopolítico sul-americano, que possibilitou solidariedades e apoios estratégicos oportunos, mas também desafios para uma inserção equitativa e sustentada a médio e longo prazo.

Então, o porquê do voto cidadão? Será que cada cidadão examina e avalia estas considerações ao depositar seu voto? O processo de mudança é tão autoconsciente e tal transparência é evidente para o cidadão votante? Talvez, delinear-se as interrogações desta maneira para se explicar o 62% ou mais que o MAS-IPSP logrou e os 2/3 da Câmara de Senadores, é perder-se na visão restrita da política e em seus usos tele-midiáticos e espetaculares com que o sistema democrático formal e procedimental dos partidos tradicionais pretendia acostumar-nos.

A condição política está agindo na transformação, deste modo, as motivações do voto cidadão são múltiplas, porém claramente determinam uma direção: o processo de mudança avança, deve avançar. A eleição do voto está aparentada com os mandatos e sua realização desde as eleições de 2005, isto é, com a agenda de outubro e sua continuidade. Deste modo, é que as opções das outras forças políticas nesta contenda eleitoral só podiam ser reativas ou explicitamente adversárias ao processo de mudança e, portanto, seus almejados resultados colocavam em risco a nova Constituição Política do Estado e as trajetórias do processo. Finalmente, são eloquentes as cifras que alcançaram e há que vigiar que a derrota eleitoral não os encaminhe a buscar formas não-políticas, mas, todavia estamos no umbral da segunda contenda eleitoral de abril de 2010.

Precisamente, os resultados da consultas da Autonomia Departamental são amplíssimos e contundentes, surpreendem porque, faz poucos anos, em outra consulta, davam resultados inversos. Como esta visão e postura se modificou pode dar indícios importantes sobre as formas de políticas e as exigências de participação que estão impulsionando ao processo de mudança com uma sociedade ativa e viva na busca de governos eficientes e maior controle social.

No 6 de dezembro, o voto cidadão manifestou a consolidação da hegemonia do processo de mudança e abre as expectativas da configuração das forças que disputarão nas eleições de Governadores e Prefeitos, e seus respectivos Conselhos, no próximo 10 de abril, ensinando a nova qualidade da territorialidade e suas formas de exercício na construção de um novo papel e funções do Estado. O exercício cidadão se consagra através das urnas eleitorais porém não acaba sua responsabilidade no recinto, suas tarefas apenas começam porque está pendente o debate da mudança e das formas de mudança – já não trataria de apoiar e defender a visão de mudança, a hegemonia está consolidada – mas de construir democraticamente a mudança através da participação, debate e consulta.

■.....**Oscar Vega Camacho** é membro da Comuna da Bolívia e ex-colaborador da Representação Presidencial para a Assembleia Constituinte. Autor de *Errancias. Aperturas para vivir bien*, a ser lançado em breve.